

PERSPECTIVA ONTOLÓGICA DE "SER-DEVER SER"

MIGUEL REALE

Professor Emérito da Universidade de São Paulo
Presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia

RESUMO

Perspectiva ontológica de "Ser-Dever Ser".

O homem não é algo de contornos definidos ou mensuráveis. Seu ser é um ser para algo ou para alguém, ou seja, um ser dotado de sentido.

A imagem definitiva do homem por mais que seja condicionada pelo passado, está no seu futuro. Enquanto o futuro não vem decidir sobre o valor de cada homem, o que ele cabe é realizar "o seu dever ser", as virtualidades de seu ser pessoal.

O "dever ser" do homem é, pois, o dever que lhe cabe de realizar-se. É a razão da historicidade do ser humano, numa sucessão de contínuas experiências abertas, não extrinsecamente condicionadas apenas por fatores sociológicos ou econômicos.

O homem, portanto, constitui-se no ato mesmo em que outorga sentido às coisas, ao longo de seu experienciar.

ABSTRACT

Ontological Perspective Of "to be - must be"

Man is something with no definite or measurable outlines. Without being he is a being for something or someone, that is, a being with senses.

The definite image of man - even conditioned to the past, is in the future. While the future doesn't come to decide on the value of each man it is due to him to make "his must be" as virtues to his personal being.

The "must be" of man is, therefore the duty that is for him to make it. It's the reason of the human being's historicity, the same opened and succeeding experiments, not extrinsically conditioned only by sociological or economical factors.

Man, therefore, constitutes himself in the act even if he provides senses to things along his time of experiences.

INTRODUÇÃO

É sobretudo das raízes da Filosofia kantiana que nos vem a correlação essencial Sein/Sollen, que, à míngua de outros elementos expressivos, as línguas latinas converteram em être/devoir être, essere/dover essere, ser/dever ser.

Essa transposição teve o efeito de induzir algus a olvidar que a referida coimplicação nasceu no plano da Crítica da Razão Pura, isto é, nos domínios da Teoria Geral do Conhecimento, servindo substancialmente para indicar que há duas formas essenciais de ver as coisas: ou as focalizamos como são; ou como deveriam ser. Como se vê, o ângulo de visão não é o ontológico, nem o puramente ôntico, mas o gnoseológico, ou, como prefiro dizer, por motivos aduzidos em minhas obras, "ontognoseológico".

A afirmação, tantas vezes feita, de que a relação "ser-dever ser" é secundária, porque todo "deve ser" se reduz ao "ser", é bem sintomática da confusão de perspectivas que estou procurando esclarecer nestas breves notas de estudo, com precipitada passagem da esfera epistemológica para a ontológica.

Em última análise, o equívoco nasce da pretensão ou do hábito de substancializar-se a palavra "ser", quando este termo, inserido na mencionada correlação, não é substantivo, mas verbo, como verbo também é "dever ser". Desse modo, os dois termos indicam perspectivas complementares do processo do conhecimento, como dois

enfoques distintos, não do ser enquanto ser, mas de tudo aquilo que se apresenta como objeto de um juízo.

Conforme se vê, desde a matriz do pensamento kantiano, a diade Sein/Sollen desempenha função predicativa, ficando entre parêntesis o problema da "coisa em si", de algo pressuposto como sucedâneo lógico ou ôntico do "fenômeno", isto é, daquilo que figura como objeto.

Pois bem, coube sobretudo a Nicolai Hartmann, desenvolvendo teses de Brentano e de Husserl, revelar que, mesmo sem sairmos do plano do conhecimento, para nos imergirmos nos domínios da Metafísica, ou mais precisamente nos da Ontologia, a correlação "ser-dever ser" não prescinde de certa referência "ôntica", uma vez reconhecida a veracidade fenomenológica de que "conhecer é sempre conhecer algo", ou, por outras palavras, que não se pode conhecer conceptualmente sem "objetação", que é o ato intencional de por objetos. A essa luz a "teoria dos objetos" constitui a parte fundamental da Ontologia, no sentido estrito desse termo.

Partindo dessa colocação hartmanniana, passei a sustentar, desde meados de 1910, que toda Gnoseologia corresponde a uma Ontognoseologia, visto não se pode prescindir da "referência a algo", ainda que permanecendo entre parêntesis o "ontológico". Quando, ao contrário, se persiste em asseverar a natureza essencialmente "ontológica" e não ontognoseologia da relação cognoscitiva entre sujeito e objeto, a Teoria Geral do Conhecimento perde a sua autonomia; deixa ela de ser uma ordem autônoma de saber, tal como veio se constituindo desde Descartes até Kant e seus continuadores (aquisição, penso eu, definitiva na história da cultura filosófica) para voltar a ser parte ou momento da Metafísica de feito tradicional, como teoria cognoscitiva do ente enquanto modalidade do Ser.

Diz-se, com razão, que a filosofia é universal, e que pode ser objeto de cogitação filosófica tudo o que seja suscetível de significação universal. Essa universalidade é, no entanto, uma "universalidade concreta", no sentido de que as distintas formas de cognição filosófica se acham de tal modo entrelaçadas, numa interdependência tão radical, que, ao iniciarmos a meditação de um tema transcendental, já se nos entrebrem caminhos que nos levam a todos os demais.

A tese de Croce, inspirada em Hegel, da "circularidade do espírito", entre outros, tem o mérito de demonstrar o convencionalismo das divisões que fazemos da problemática filosófica, não tendo elas a rigidez pretendida por certos autores irredutivelmente empenhados em ver toda a Filosofia como esquematização do Ser, tomado este termo substantivamente ou substancialmente como aquilo de que nada se pode predicar, embora abranja tudo que se predique.

Mas se os termos filosóficos se imbricam numa unidade essencial e dialética (unidade e universalidade se convertendo entre si) necessário é reconhecer-se também a força abstrativa do espírito, que coloca entre parêntesis, por exemplo, o "ontológico" para mais especificamente se indagar do ôntico, da relação "subjativa-objetiva", ou do "ontognoseológico", como me parece mais rigoroso enunciar. Assente, assim, a prerrogativa autônoma a Teoria Geral do

Conhecimento, *qua talis*, não é dito que o intelecto, num segundo momento, não sinta a necessidade de preencher o "vazio" intencionalmente deixado no instante em que o sujeito se põe "criticamente" perante a realidade, reconhecendo que suas categorias intelectivas, tanto como suas condicionantes perceptivas, o limitam a "conhecer objetos" e não o que supostamente os transcende. Aquele "vazio" inevitável no plano crítico do conhecimento verificável, longe de traçar um limite intransponível ao espírito, abre-lhe perspectivas, não só para "conhecer", segundo conceitos, como para "pensar", segundo idéias, aquilo que fora deixado em suspenso no ato da cognição crítica, a qual leva sempre em conta a condicionalidade inerente ao sujeito cognoscente, não aceitando o conhecimento como adequação do intelecto ao real.

Como procurei demonstrar em *Verdade e Conjectura*, essa forma de "pensar idealmente" o ser, a coisa em si ou o inefável (o que não conduz de per se, ao idealismo) constitui uma forma de pensamento conjetural, que corre sobre as linhas paralelas do cognoscível e do plausível, sendo seu destino, como o de todas as paralelas, convergirem no infinito.

Entreabre-se, a essa luz, a vida da Metafísica, ou melhor, da Ontologia, consoante distinção de fonte heideggeriana, no sentido de que se pode falar do ser, sem a pretensão de teorizá-lo convertendo-o em objeto, ainda que em termos analógicos. O pensamento conjetural, como sustentei no citado livro, não se confunde com o analógico ou o probabilístico, mantendo a sua radical problematidade nas linhas projetantes do plausível. Projetante, como algo que emana indiretamente da experiência, mas que também obedece à vis atractiva de algo que a transcende, e que, embora não sendo em si cognoscível, torna, paradoxalmente, mais compreensível o real no seu todo.

Pois bem, graças a essa conjetural meditação ontológica, retomo alguns de meus temas prediletos, oferecidos como base de meus estudos de Ética ou Filosofia do Direito. Sabem os leitores, que já me honraram com a leitura de meus escritos, que a meu ver, o fundamento ético-jurídico da conduta humana, bem como das atividades do Estado, pode ser expresso mediante estas duas afirmações complementares "o ser do homem é o seu dever ser", "a pessoa é o valor-fonte de todos os valores".

O homem é um microcosmos, expressão modelar do "universal concreto". Por isso, assim como na casa do homem se concentram todas as criações do espírito, desde o humilde tijolo aos mais sofisticados aparelhos eletrônicos, dos utensílios mais banais aos livros que alteram o sentido do cosmos assim o homem, ao mesmo tempo espírito e casa corporal do espírito, resume em si todas as possibilidades de pensar e de fazer, com todos os seus acertos e contradições, desesperos e esperanças.

A grandeza paradoxal do homem vem daí, do fato de não poder ser jamais algo de acabado ou de "finito", sendo-lhe no entanto, inerente a finitude. Finitude aberta ao saber que nunca logra saber-se em plenitude. Com razão se afirma que o homem é enquanto se transcende.

Assim, quando digo que "o ser do homem é o seu dever ser", - reconheço que nessa fórmula, que logrou alguma ressonância, já estava implícita a fundação ontológica última de relação cognoscitiva. Eis mais um sinal da complexidade do problema posto pela indagação do homem sobre si mesmo, o que, se desenrola como constante através do tempo, não sendo por acaso que o *nosce ipsum* socrático se liga ao templo dos mistérios.

Meditemos um pouco sobre as fórmulas que ousei oferecer como síntese de minhas meditações antropológicas. Em primeiro lugar, o homem não é, nem está aí, como uma coisa de contornos definidos ou mensuráveis. Seu ser é um ser para algo ou para alguém, o que significa um ser dotado de sentido, sujeito a uma tensão que se enraiza em sua

essência, ou melhor, que se confunde com a sua própria essência.

Por mais que seja condicionada pelo passado, a imagem definitiva do homem está no seu futuro, quer porque seus pensamentos já são esboços de ação, ou atitudes que brotam de sua intencionalidade como fazer futuro; quer porque é só no futuro que se delineiam melhor os contornos ou as virtualidades de cada pessoa. A afirmação de Ugo Spirito de que é no futuro que se oculta a imagem do passado parece-me profundamente verdadeira, acrescentando eu que, tal seja a riqueza de uma personalidade, como a de Platão ou Aristóteles, Santo Agostinho e Santo Tomás, Descartes e Bacon, Kant e Hegel, etc., cabe ao futuro ir desvelando aspectos de um pensador, de um cientista ou de um artista despercebidos por seus contemporâneos. De outro lado, falsas glórias tombam no olvido, porque só o futuro, polindo a dimensão real dos protagonistas da história, lhes assegura ou nega contemporaneidade.

Enquanto o futuro não vem decidir sobre o valor de cada homem, o que lhe cabe é realizar "o seu dever ser", as virtualidades de seu per pessoal".

O "dever ser" do homem é, pois, o dever que lhe cabe de realizar-se ou de atualizar-se em sua autenticidade, sem que seja possível de antemão traçar-lhe o perfil essencial. Todavia, apesar desse inumerável projetar-se, a projeção do homem nunca transcende a sua finitude. Por tal razão peço seja dada a maior atenção ao adjetivo seu quando falo do homem como seu dever ser. O homem não é um deus humano, encarnação de infinito deve ser; é o seu dever ser, ou seja, o dever ser conatural à sua condição, à finitude de sua subjetividade; valor infinito enquanto condição dos demais, mas inseparável de sua circunstância.

Embora restrito, porém, às possibilidades de "seu dever ser", é essa intencionalidade radical que dá sentido à vida, e faz do homem um ser originariamente histórico. O "dever ser", no meu entender, é a razão da historicidade do ser humano, numa sucessão de contínuas experiências abertas, não extrinsecamente condicionadas apenas por fatores sociológicos ou econômicos. O homem, no fundo, constitui-se, no ato mesmo em que outorga sentido às coisas ao longo de seu experimentar.

Ora, quando o indivíduo se transcende, e põe-se perante outros indivíduos, os quais, por sua vez também se transcendem, surge uma relação entre um eu e outro eu que converte o indivíduo em pessoa, só possível na medida em que o meu dever ser se concilia com o dever de outrem. É a razão pela qual, dada a originária historicidade vinculada ao valor da subjetividade humana ao invés de historicismo hegeliano-marxista, fundado no absoluto do Espírito ou na fundação econômica da praxis, prefiro falar em historicismo axiológico, caracterizado pelo projetar-se de experiências estimativas, nas quais o homem é, ao mesmo tempo, fonte e destinatário, é um eu que se reconhece reconhecendo outros eus iguais a si; esse ato de auto e de transreconhecimento da subjetividade, transforma esta em pessoa, como ponto condicionante da intersubjetividade e do processo dialógico da história. É nesse contexto que, na busca da fundação da Ética, vejo a pessoa como fonte de todos os valores sociais, sendo ela mesma, no entanto, projeção do valor universal da subjetividade.

É nesse ponto, que a indagação sobre o valor do homem, e sobre o por quê de seu valor, como indivíduo e como pessoa, aponta para outras linhas conjeturais que nos fazem vislumbrar o insondável mistério da criação ou do advento do homem sobre a face da terra, indagação que representa o supremo momento da vida do espírito, no plano religioso da graça ou da fé, cuja natureza transcende os domínios da Filosofia, por mais que a vaidade dos filósofos possa pretender o contrário.